

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTEIO / RS
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREV-ESTEIO
Política de Investimentos – Exercício – 2013

**PARECER APROBATÓRIO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O
EXERCÍCIO DE 2013**

Em reunião realizada no dia xx.12.2012, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Administração - do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREV-ESTEIO**, de ESTEIO / RS, para exame, apreciação e aprovação da Política de Investimentos para vigor no exercício de 2013.

Após a adoção dos procedimentos cabíveis e recebidos os esclarecimentos necessários, os Senhores Conselheiros decidiram pela aprovação da Política de Investimento, cujos termos constam em anexo.

ESTEIO, xx de dezembro de 2012.

NOMINAR OS CONSELHEIROS E COLHER AS ASSINATURAS DE TODOS, além de consignar este termo em ata no Livro de Reuniões do Conselho Municipal de Administração.

1 - Dados Gerais Ente Federativo

NOME: Prefeitura Municipal de ESTEIO (RS)

CNPJ: 88.150.495/0001-86

ENDEREÇO: Rua Eng. Hener de Souza Nunes – Centro

CEP: 93.260-120

TELEFONE: (51) 3473-0018 - FAX (51) 3473-0011

E-mail: gabinete@esteio.rs.gov.br

2 - Dados Gerais do Representante Legal do Ente Federativo

NOME: GILMAR ANTONIO RINALDI

CPF/MF: 569.570.330-15

CARGO: Prefeito Municipal

DATA DE INÍCIO DA GESTÃO: 01.01.2009

E-mail: gabinete@esteio.rs.gov.br

3 - Dados Gerais da Instituição – RPPS

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – PREV-ESTEIO, do município de **ESTEIO/RS**

CNPJ: 14.772.232/0001-72

EXERCÍCIO: 2013

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: Lei Municipal nº. 5.381, de 04.11.2011

ÓRGÃO SUPERIOR COMPETENTE: Conselho Municipal de Administração do PREV-ESTEIO

REPRESENTANTE LEGAL: ORACI CHITOLINA

GESTOR RESPONSÁVEL: JOSIANE WITT DA SILVA

CPF/MF: 000.314.910-22

E-mail da INSTITUIÇÃO: prev.esteio@esteio.rs.gov.br

E-mail do GESTOR: josiane.silva@esteio.rs.gov.br

META DE RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS: Indexador: INPC

APROVAÇÃO DO ÓRGÃO SUPERIOR COMPETENTE EM REUNIÃO REALIZADA EM: xx.12.2012

DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA AOS PARTICIPANTES:

(x) Impresso: (x) Meio Eletrônico (x) Quadro de Publicações

4- Diretrizes e Objetivos da Gestão

A Política de Investimentos para o exercício 2013, constante neste documento, servirá para estabelecer os procedimentos de gestão dos recursos em moeda corrente do **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREV-ESTEIO**, de ESTEIO / RS.

Terá como objetivo principal estabelecer a política que determine e detalhe as diretrizes gerais para a gestão dos recursos em moeda corrente do plano de benefícios administrado pelo **PREV-ESTEIO**, além de disciplinar os métodos e ações que dizem respeito ao processo decisório e operacional de gestão, tudo levando em consideração **os princípios fundamentais de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência**, constantes no art. 1º da Resolução nº. 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional.

Além das normas e procedimentos aqui apresentadas, aplicam-se todas aquelas indicadas na legislação vigente, especialmente quanto à Resolução nº. 3.922, de 25.11.2010, do Conselho Monetário Nacional, a Lei Municipal nº 5.381, de 04.11.2011 e legislação complementar.

5 – Composição dos Investimentos do PREV-ESTEIO

A posição dos investimentos na data base de **31.10.2012** era a seguinte:

Banco	Nome do fundo	Investimentos	% do RPPS
Banco do Brasil	BB RPPS Renda Fixa IMA-B 5+	R\$ 571.779,98	12,55%
Banco do Brasil	BB Previdenciário RF IRF-M TP	R\$ 241.047,53	5,29%
Banco do Brasil	BB Previdenciário RF IMA-B FI	R\$ 650.692,23	14,28%
Banrisul	BANRISUL Previd. Municipal III	R\$ 498.588,24	10,94%
Banrisul	BANRISUL Previd. Municipal IV	R\$ 274.715,11	6,03%
Banrisul	BANRISUL PATRIMONIAL	R\$ 830.856,76	18,24%
Caixa Eco. Federal	CAIXA Brasil IMA-B Tít. Púb.	R\$ 695.201,02	15,26%
Caixa Eco. Federal	CAIXA FI Brasil IMA Geral TP RF LP	R\$ 742.264,96	16,29%
Caixa Eco. Federal	CAIXA Brasil IRF-M 1 Renda Fixa	R\$ 50.424,41	1,11%
-	Disponibilidades	R\$ 9,17	0,00%
TOTAL	-	R\$ 4.555.579,41	100,00%

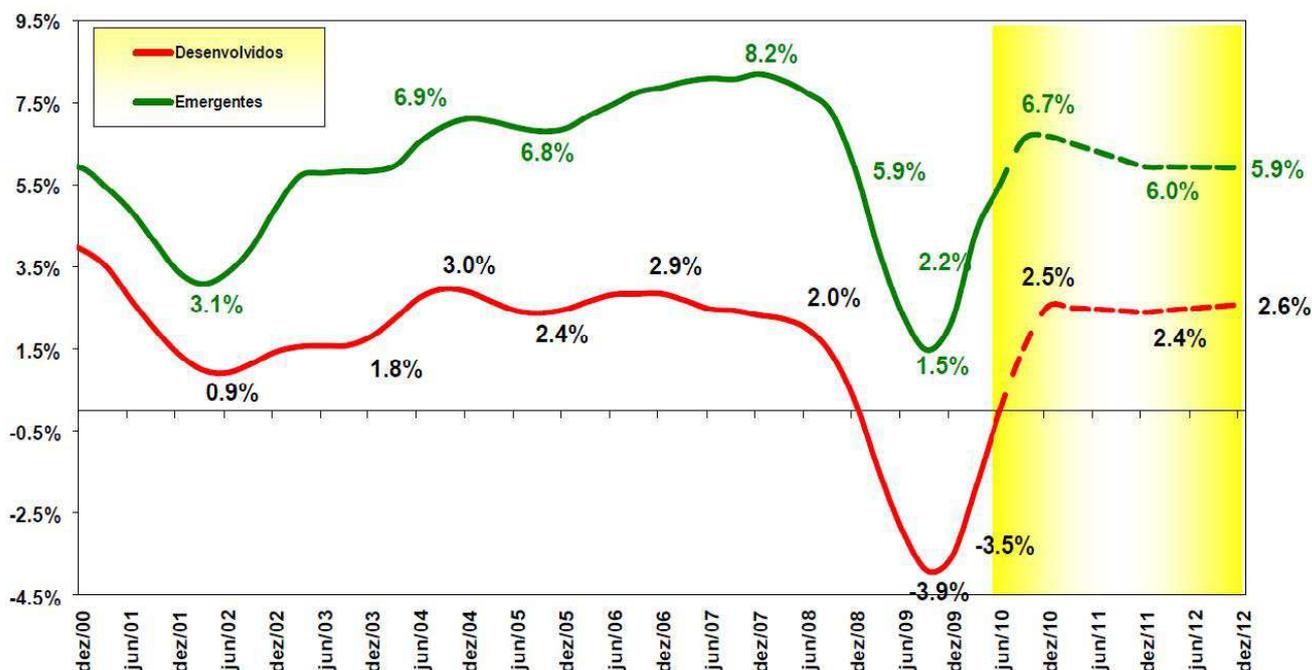
Fonte: DAIR – Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – Bimestre Set/Out/2012.

6 - Cenário Macroeconômico e de Mercado para Investimentos

6.1 – Cenário Macroeconômico Internacional

A atividade econômica mundial segue em ritmo moderado e desenvolvimento heterogêneo, com expansões nos EUA e na China e contrações na Área do Euro e no Japão. No terceiro trimestre, as variações trimestrais anualizadas do PIB atingiram 2% nos EUA, 9,1% na China, -0,2% na Área do Euro e -3,5% no Japão, ante variações respectivas de 1,3%, 8,2%, -0,7% e 0,3% registradas no trimestre anterior. Nos EUA, a aceleração no ritmo de crescimento refletiu em expansões no consumo das famílias, nos gastos do governo federal e melhorias adicionais no mercado imobiliário residencial, refletidas em crescimentos dos preços das residências, da quantidade de novas residências em construção e do índice de confiança das construtoras. Embora a taxa de desemprego siga em nível elevado, de 7,9% em outubro, a geração de postos de trabalho não rurais atingiu, no mesmo mês, 171 mil, com revisões para cima nos dados referentes aos três meses anteriores. Na Área do Euro, que no terceiro trimestre contabilizou quatro trimestres seguidos sem crescimento, os indicadores mais recentes de produção industrial, consumo, sentimento econômico e taxa de desemprego sinalizam a continuidade desse quadro. No Japão, todos os componentes de demanda registraram contrações no terceiro trimestre, com destaque para a redução de 18,7% nas exportações. Na China, as taxas médias de crescimento mensal observadas no terceiro trimestre, em relação ao trimestre anterior, indicaram avanços na produção industrial e nas vendas no varejo e desaceleração nos investimentos em ativos fixos. Em outubro, a média móvel de três meses para essas mesmas variáveis avançou em relação a setembro. Ressalte-se, ainda, a recuperação das exportações chinesas em setembro e outubro, com crescimentos interanuais de 9,9% e de 11,6%, respectivamente.

Variação semestral do PIB – Países Desenvolvidos e Emergentes



Os mercados financeiros e de commodities foram afetados por incertezas associadas à questão fiscal nos EUA e a definições quanto à continuidade de programas de ajuste em alguns países da Área do Euro. Adicionalmente, as pressões sobre preços dos grãos foram reduzidas, fruto de melhores perspectivas em relação à safra sul-americana de 2012/2013 e de revisões favoráveis nas estimativas divulgadas pelo USDA (United States Department of Agriculture). Nesse ambiente, a maior parte das commodities, entre as quais soja, trigo, café, açúcar e petróleo Brent, desvalorizou-se. Nos mercados financeiros, as bolsas de valores dos principais países tiveram trajetórias divergentes, fato que se repetiu na cotação do dólar dos EUA frente a outras moedas. O índice CBOE VIX manteve-se em alta até a primeira semana de novembro e passou a recuar desde então, situando-se no mesmo nível da reunião anterior.

Em outubro, a variação anual do IPC global, dados do International Financial Statistics (IFS), do FMI, recuou para 3,3%, de 3,4% em setembro. De acordo com a mesma fonte, a variação anual do IPC para as economias avançadas elevou-se para 1,9% ante 1,8% em setembro, terceiro mês consecutivo de alta, enquanto que para as economias emergentes e em desenvolvimento (dados disponíveis até setembro) a variação anual do IPC recuou para 5,8%, de 5,9% em agosto. Entre as economias avançadas, destaque-se a alta nos EUA, com o IPC registrando variação anual de 2,2% em outubro. Entre as economias emergentes, resalte-se a redução do IPC na China para 1,7% em outubro, em grande medida devido à desaceleração dos preços de alimentos, taxa que representa a menor variação anual desde janeiro de 2010, quando a inflação ao consumidor atingira 1,5%.

Nas economias desenvolvidas, as taxas de juros oficiais permaneceram nas mínimas históricas nos EUA, entre 0 e 0,25%; na Área do Euro, 0,75%; no Japão, entre 0 e 0,1%; e no Reino Unido, 0,5%. Nas demais economias, as taxas de juros básicas também se mantiveram nos níveis vigentes, à exceção de Colômbia, Coreia do Sul, Tailândia, Filipinas, Polônia e Israel, que reduziram as referidas taxas em 25 p.b.; da República Tcheca, cuja taxa básica foi reduzida em 20 p.b., para 0,05% a.a.; e da Hungria, com redução de 50 b.p. Relativamente às medidas não convencionais de

política monetária, o BoJ (Banco do Japão) ampliou novamente o tamanho de seu programa de compra de ativos, em ¥11 trilhões, para ¥91 trilhões, valor a ser integralizado ao final de 2013.

Conclusões:

Zona do Euro

- A crise é estrutural e o continente não passará ileso, tornando a recuperação lenta que, estima-se, perdurará por 3 a 5 anos. O maior problema são os conflitos sociais decorrentes da insatisfação popular com o cenário político e econômico, já que o contágio já aconteceu e com dimensões imensuráveis. Expectativas para o fechamento 2012: PIB: -0,5%; Desemprego: 11,3%; Produção Industrial: -2,4%; - Inflação: 2,4%.

Estados Unidos

Crise é cíclica. Apesar de algumas evoluções (nível de emprego, por exemplo) a indefinição política congela iniciativas em um momento crucial para recuperação. Os EUA experimenta perda de representatividade na economia mundial: em 2007 era responsável por mais de 10% do movimento global, em 2011 menos de 8% e em 2012 menos de 7,5%. Expectativas para fechamento de 2012: PIB: 2,1%; Desemprego: 8,1%; Produção Industrial: 2,8%; Inflação: 1,7%.

China

- Crise chega na China. Problemas de inadimplência se intensificam em 2012. Fortalecimento dos sindicatos e melhoras nas condições de trabalho pode expor a falsa competitividade de custo de mão de obra. Posição pouco compradora retrai o mercado mundial (em especial commodities). Expectativas para fechamento de 2012: PIB: 7,8%; Desemprego: 4,1%; Produção Industrial: 8,9%; Inflação: 4,5%.

Cenário Mundial para 2013

Sinalizações mais positivas vindas do Banco Central Europeu e do FED mostram que a crise pode ter atingido seu ponto mais grave. O movimento de retomada não deve ser rápido (entre 3 e 5 anos), mas uma agenda positiva já começa a ser sentida. Diminuição lenta e gradual da aversão ao risco, mas investimentos ainda sob controle. Déficit dos países europeus, sem expectativa de reversão, ainda é a maior preocupação.

Em função do fluxo de transações o Brasil é muito mais sensível aos movimentos da China do que da Europa. China deve crescer 7% enquanto a Europa 0,5%. Mas a China é muito mais sensível à Europa do que aos Estados Unidos. Com isto, a não retomada da Europa afetará a China e, por consequência, o Brasil. O crescimento do PIB Mundial uma vez mais passará pelos emergentes e pelo BRIC.

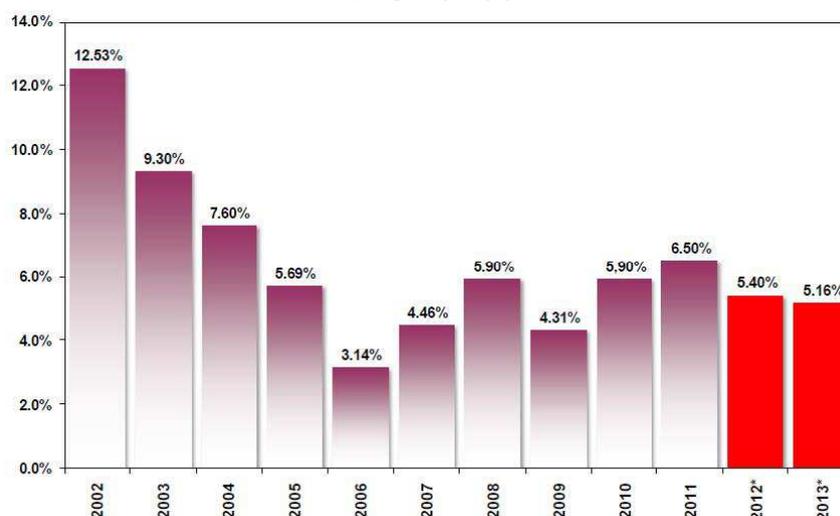
6.2 – Cenário Macroeconômico Nacional

Evolução recente da economia

A inflação medida pela variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 0,59% em outubro, 0,02 ponto percentual (p.p.) acima da registrada em setembro. Dessa forma, a inflação acumulada em doze meses

alcançou 5,45% ante 6,97% em outubro de 2011. Os preços livres variaram 6,23% em doze meses até outubro (7,24% em outubro de 2011), e os preços administrados, 3,23% (6,34% em outubro de 2011). Entre os preços livres, os dos bens comercializáveis aumentaram 4,00% em doze meses até outubro (5,87% em outubro de 2011), e os dos bens não comercializáveis, 8,27% (8,41% em outubro de 2011). O grupo de alimentos e bebidas, ainda sensibilizado por fatores climáticos externos e domésticos, registrou alta de 1,36% nos preços em outubro (0,56% em outubro de 2011) e atingiu variação de 10,40% em doze meses. Os preços dos serviços aumentaram 0,51% em setembro e em outubro atingiram 7,99% em doze meses (8,94% em outubro de 2011). Em síntese, a inflação de serviços ainda segue em níveis elevados, e são decrescentes as pressões localizadas no segmento de alimentos e bebidas.

IPCA anual



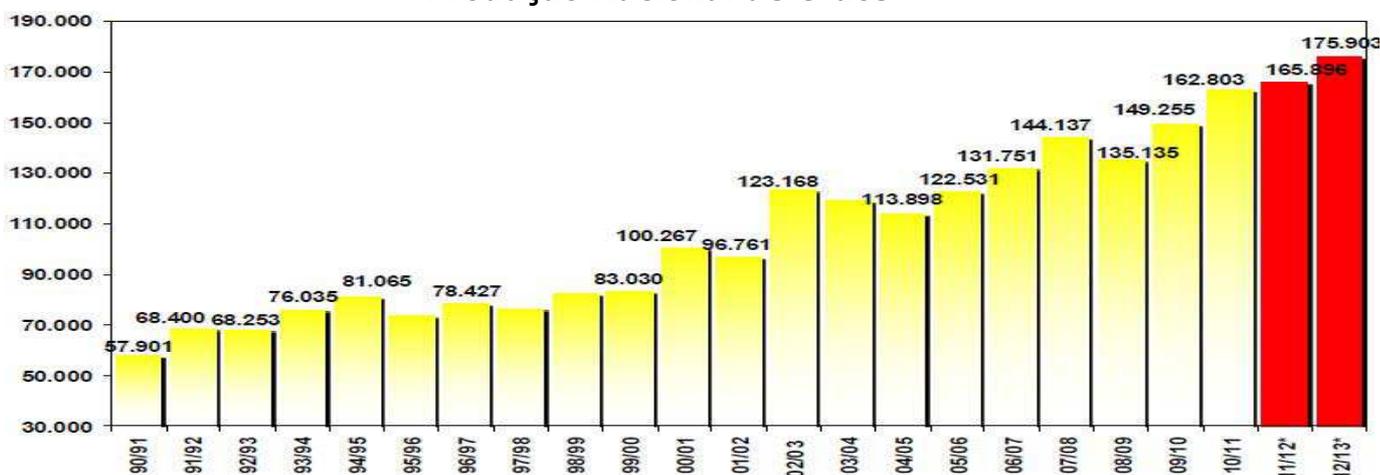
A média das variações mensais das medidas de inflação subjacente calculadas pelo Banco Central passou de 0,47% em setembro para 0,51% em outubro. Por sua vez, no acumulado em doze meses, a variação média das cinco medidas de núcleo se deslocou de 5,23% em setembro para 5,25% em outubro. O núcleo do IPCA por médias aparadas com suavização deslocou-se de 0,49%, em setembro, para 0,54% em outubro, enquanto o núcleo por médias aparadas sem suavização passou de 0,49% para 0,46% no mesmo período. De modo similar, o núcleo por dupla ponderação avançou de 0,51% em setembro para 0,55% em outubro. Ao mesmo tempo, o núcleo por exclusão, que descarta dez itens de alimentação no domicílio e combustíveis, avançou de 0,47% em setembro para 0,51% em outubro, e o núcleo por exclusão de monitorados e de alimentação no domicílio passou de 0,39% em setembro para 0,48% em outubro.

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) recuou 0,31% em outubro, após registrar alta de 0,88% em setembro, com variação acumulada de 7,41% em doze meses (6,78% em outubro de 2011). O principal componente do IGP-DI, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), variou 7,92% em doze meses até outubro, influenciado por forte alta no segmento agropecuário (17,21%), por sua vez, impactado por choques de oferta. Na desagregação segundo o estágio da produção, observou-se, na mesma base de comparação, avanço de 9,27% nos preços de matérias-primas brutas, de 9,00% nos de bens intermediários e de 5,48% nos de bens finais. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), segundo

componente mais importante do IGP-DI, ficou em 5,97% em doze meses até outubro (6,78% em outubro de 2011). O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), componente de menor peso no IGP-DI, variou 7,47% em doze meses, em parte pela elevação dos custos de mão de obra. Por sua vez, o Índice de Preços ao Produtor/Indústria de Transformação (IPP/IT), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), avançou 0,72% em setembro (0,52% em agosto) e 6,99% no acumulado em doze meses. Os efeitos do comportamento dos preços no atacado sobre a inflação para os consumidores dependerão das condições atuais e prospectivas da demanda e das expectativas dos formadores de preços em relação à trajetória futura da inflação.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) incorpora estimativa para a produção mensal dos três setores da economia, bem como para os impostos sobre produtos, e constitui importante indicador coincidente da atividade econômica. Considerando-se os dados ajustados sazonalmente, o IBC-Br recuou 0,5% em setembro, após crescer 1,0% em agosto. Dessa forma, o indicador aumentou 1,2% no terceiro trimestre, em relação ao trimestre imediatamente anterior, e 1,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Assim, a variação acumulada em doze meses ficou em 1,1%, em setembro. Por sua vez, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou em novembro, embora continue em valores superiores à média histórica recente do índice. Já o Índice de Confiança do Setor de Serviços (ICS) registrou a terceira alta consecutiva em novembro. Ainda de acordo com a FGV, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou em novembro na série dessazonalizada, após registrar três avanços mensais consecutivos. De acordo com levantamento feito pelo IBGE, a produção de grãos deve crescer 1,5% este ano. Para 2013, os prognósticos apontam expansão de 5,1%.

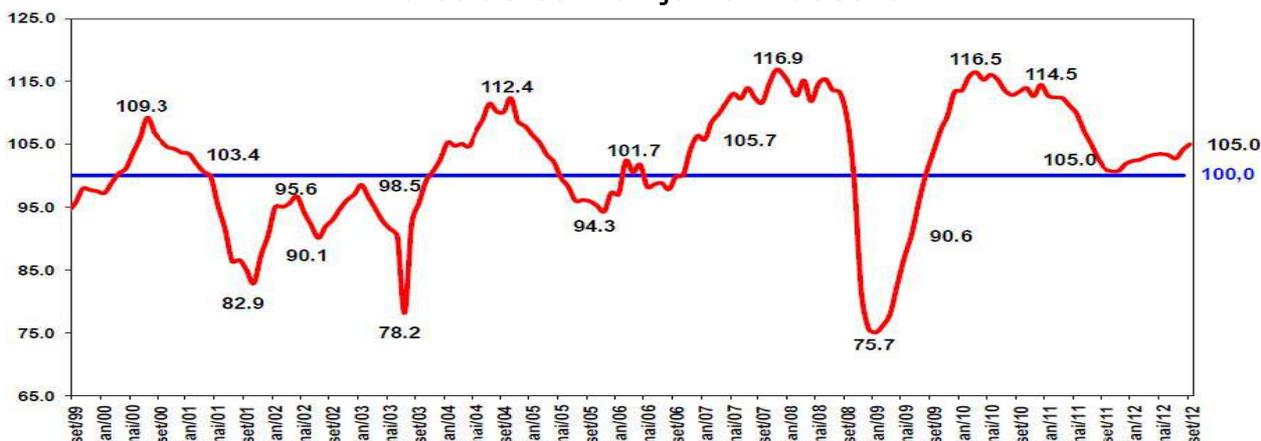
Produção Nacional de Grãos



A atividade fabril recuou 1% em setembro, após expansão por três meses consecutivos, de acordo com a série da produção industrial geral dessazonalizada pelo IBGE. Houve queda da produção em 16 dos 27 ramos de atividade. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a produção industrial recuou 3,8% em setembro e 3,1% no acumulado em doze meses, apesar do crescimento de 1,0% no terceiro trimestre deste ano. De acordo com dados divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o faturamento real da indústria de transformação diminuiu 0,5% em setembro, em relação ao mesmo mês do ano anterior, e o número de horas trabalhadas recuou 3,8%. Dessa forma, o faturamento real cresceu 3,1% entre janeiro

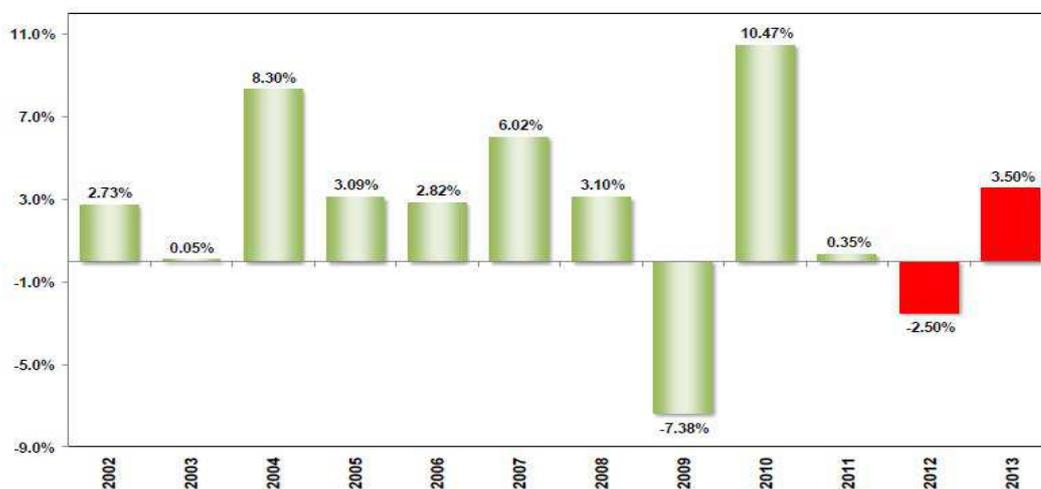
e setembro, em relação ao mesmo período do ano anterior, e o número de horas trabalhadas diminuiu 2,0%.

Índice de Confiança na Indústria



Entre as categorias de uso da indústria, segundo dados dessazonalizados pelo IBGE, houve recuo de 1,4% na produção de bens de consumo duráveis em setembro, após três meses de variações positivas. A produção de bens de consumo semiduráveis e não duráveis ficou estável em setembro, enquanto a de bens de capital recuou 0,6%, e a de bens intermediários, 1,1%. No que se refere ao crescimento acumulado em doze meses até setembro, a produção de bens de consumo duráveis variou -7,0%; a de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, -0,7%; a de bens de capital, -9,6%; e a de bens intermediários, -1,9%.

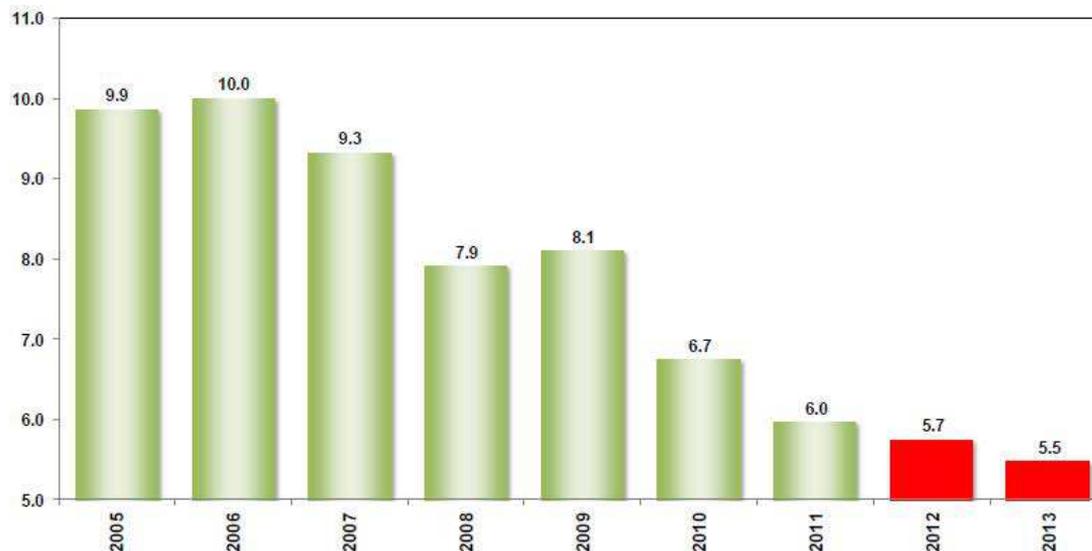
Crescimento Anual da Indústria



A taxa de desemprego para outubro, nas seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), sem ajuste sazonal, foi estimada em 5,3%, 0,5 p. p. abaixo da registrada em outubro de 2011. De acordo com a série dessazonalizada pelo Banco Central, a taxa de desocupação passou de 5,5% em setembro para 5,4% em outubro. O nível de ocupação – que representa a proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa – atingiu máximo da série em outubro (55,0%). Ainda de acordo com a PME, o rendimento médio real habitual cresceu 4,6% em outubro, comparado a igual mês do ano anterior. Por sua vez, a massa salarial real cresceu 7,8% em relação a outubro de 2011. Dados divulgados pelo

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostram que, em outubro, houve criação de 67,0 mil postos de trabalho formais (126,1 mil em outubro de 2011). Os setores que mais contribuíram para esse resultado, em termos absolutos, foram o comércio e os serviços. Em suma, os dados disponíveis indicam um mercado de trabalho aquecido, embora com alguns sinais de moderação na margem.

Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas



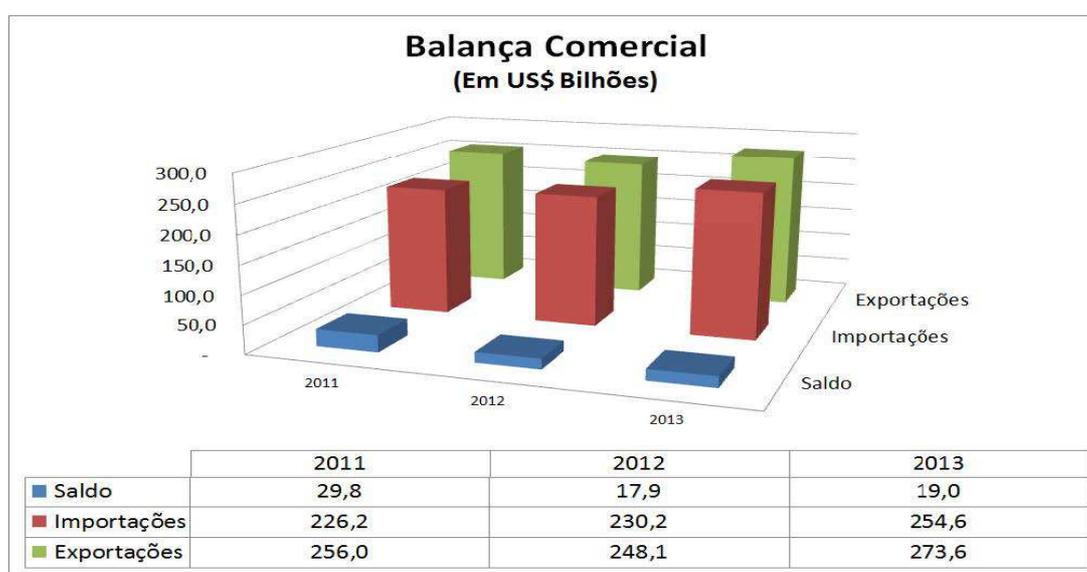
De acordo com dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE, o volume de vendas do comércio varejista cresceu 8,5% em setembro, em relação a setembro de 2011, e o volume de vendas do comércio varejista ampliado, 2,0%, na mesma base de comparação. Em relação ao mês anterior, houve expansão de 0,3% nas vendas do comércio varejista restrito em setembro, com base na série com ajuste sazonal, e queda de 9,2% nas vendas do comércio ampliado – em parte, reflexo da reversão de ganhos, localizados em agosto, e que decorreram de estímulos fiscais ao segmento de veículos. Dessa forma, a taxa de crescimento, acumulada em doze meses, do comércio ampliado até setembro ficou em 6,6%, com expansão em todos os dez segmentos pesquisados, destacando-se equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (17,9%) e móveis e eletrodomésticos (13,3%). O Índice de Confiança do Comércio (ICOM), medido pela FGV, avançou pelo terceiro mês consecutivo em outubro, com melhora na percepção da situação atual e nas expectativas. Nos próximos meses, a trajetória do comércio continuará a ser influenciada pelas transferências governamentais, pelo ritmo de crescimento da massa salarial real e pela expansão moderada do crédito.

Crescimento anual do volume de vendas do comércio varejista



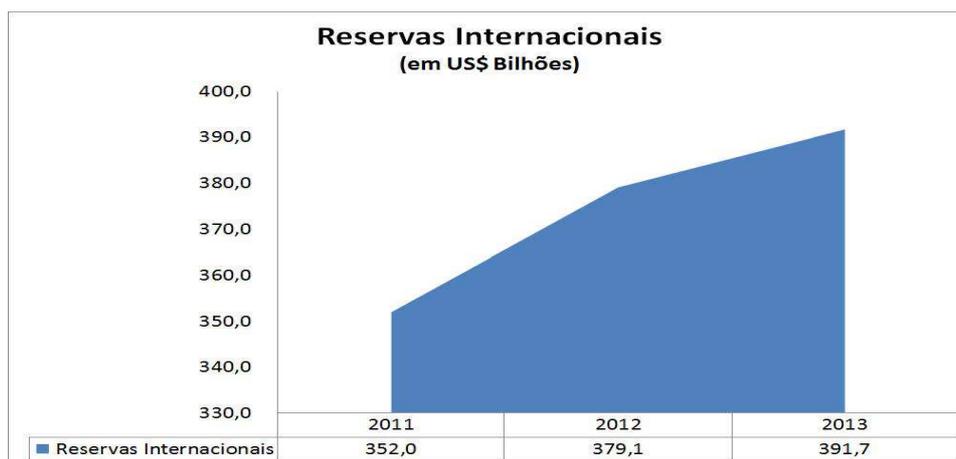
O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) na indústria de transformação, calculado pela FGV, sem ajuste sazonal, mostrou ligeiro recuo em novembro para 85,2%, 0,7 p.p. acima do observado em novembro de 2011. Na série com ajuste sazonal calculada pela FGV, o Nuci ficou em 84,0% em novembro, 0,7 p.p. acima do registrado em novembro de 2011 e 2,7 p.p. abaixo do máximo da série registrado em junho de 2008. A utilização da capacidade se intensificou no setor de bens de consumo ao longo dos últimos meses e atingiu 86,8% em novembro. No setor de bens de capital, de bens intermediários e de materiais de construção, os níveis ficaram em 80,9%, 85,3% e 90,3%, respectivamente.

O saldo da balança comercial acumulado em doze meses recuou para US\$21,8 bilhões em outubro. Esse resultado adveio de exportações de US\$246,3 bilhões e de importações de US\$224,5 bilhões, associadas a variações de -1,8% e de 2,2%, respectivamente, em relação aos doze meses anteriores. Por sua vez, o déficit em transações correntes acumulado em doze meses atingiu US\$52,2 bilhões em outubro, equivalente a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Já os investimentos estrangeiros diretos totalizaram US\$66,0 bilhões em doze meses até outubro, equivalentes a 2,9% do PIB, superando a necessidade de financiamento externo.



As reservas internacionais atingiram US\$377,8 bilhões em outubro, representando redução de US\$973 milhões em relação ao mês anterior e elevação de

US\$25,7 bilhões comparativamente a dezembro de 2011. No mês, não houve intervenção do Banco Central no mercado doméstico de câmbio a vista.



O preço do barril de petróleo do tipo Brent manteve-se acima de US\$110. Cabe ressaltar que a grande complexidade geopolítica que envolve o setor do petróleo tende a acentuar o comportamento volátil dos preços, que é reflexo, também, da baixa previsibilidade de alguns componentes da demanda global e do fato de o crescimento da oferta depender de projetos de investimentos de longa maturação e de elevado risco. Conforme medidos pelo Commodity Research Bureau (CRB), desde a última reunião do Copom, os preços internacionais das commodities metálicas ficaram estáveis, enquanto os das agrícolas recuaram 1,7%. Assim, em relação aos valores máximos observados em abril de 2011, as variações alcançaram -21,7% e -14,2%, respectivamente. Por sua vez, o Índice de Preços de Alimentos, calculado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), acumula recuo de 10,3% até outubro, ante o pico registrado em fevereiro de 2011. No passado recente, a alta volatilidade dos preços das commodities foi influenciada pela ampla liquidez global, em contexto no qual os mercados financeiros se ajustam às novas expectativas de crescimento e à volatilidade nos mercados de câmbio.

Avaliação prospectiva das tendências da inflação

Os choques identificados, e seus impactos, foram reavaliados de acordo com o novo conjunto de informações disponível. O cenário considerado nas simulações contempla as seguintes hipóteses:

a) a projeção de reajuste no preço da gasolina, para o acumulado em 2012, foi mantida em 0%, valor considerado na reunião do Copom de outubro;

b) a projeção de reajuste na tarifa de eletricidade, para o acumulado de 2012, foi mantida em 1,4%, valor considerado na reunião do Copom de outubro;

c) a projeção de reajuste no preço do gás de bujão, para o acumulado em 2012, elevou-se para 3,5% ante 0% considerado na reunião do Copom de outubro;

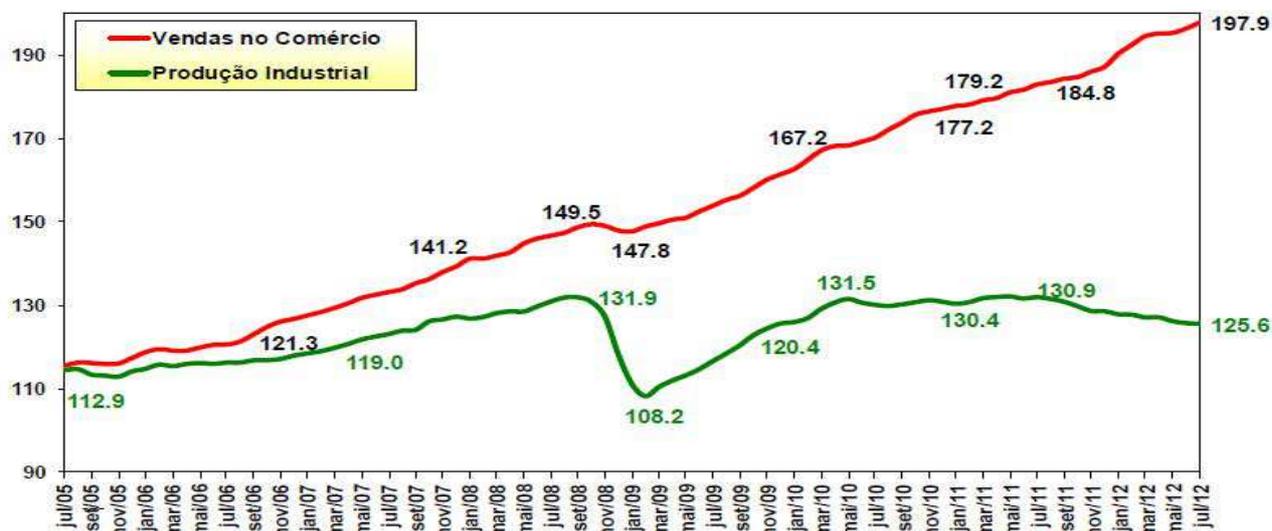
d) a projeção de reajuste na tarifa de telefonia fixa, para o acumulado em 2012, reduziu-se para -1,6% ante -1,3% considerado na reunião do Copom de outubro;

e) a projeção de reajuste, construída item a item, para o conjunto de preços administrados por contrato e monitorados para o acumulado de 2012 reduziu-se para 3,4% ante 3,6% considerado na reunião do Copom de outubro;

f) a projeção de reajuste para o conjunto dos preços administrados, para o acumulado de 2013, foi mantida em 2,4%, valor considerado na reunião do Copom de outubro, e para 2014 a projeção é de 4,5%. Essas projeções baseiam-se em modelos de determinação endógena de preços administrados, que consideram, entre outras variáveis, componentes sazonais, inflação de preços livres e inflação medida pelo Índice Geral de Preços (IGP).

Crescimento da indústria e comércio (normalizado)

Janeiro 2003 = 100



A trajetória estimada para a taxa do swap pré-DI de 360 dias indica spread sobre a taxa Selic, no cenário de referência, de -9 pontos base (p. b.), 40 p. b. e 30 p. .b. para o quarto trimestre de 2012, de 2013 e de 2014, respectivamente.

Em relação à política fiscal, considera-se geração de superávit primário em torno de 3,10% do PIB em 2012, com ajustes. Além disso, admite-se como hipótese de trabalho a geração de superávit primário de cerca de 3,10% do PIB, sem ajustes, em 2013, conforme parâmetros constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – 2013. Para 2014, admite-se como hipótese de trabalho a geração de superávit primário de 3,10% do PIB, sem ajustes.

No conjunto das projeções, estão incorporadas as estimativas de redução da taxa de juros neutra identificada nos últimos anos.

Desde a última reunião do Copom, a mediana das projeções coletadas pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) para a variação do IPCA em 2012 elevou-se de 5,42% para 5,43%. Para 2013, a mediana das projeções de inflação reduziu-se de 5,44% para 5,40%. Nos casos específicos de bancos, gestoras de recursos e demais instituições (empresas do setor real, distribuidoras, corretoras, consultorias e outras), a mediana das projeções para 2012 deslocou-se de 5,39%, 5,44% e 5,40% para 5,41%, 5,43% e 5,43%, respectivamente. Para 2013, a mediana das projeções deslocou-se de 5,47%, 5,51% e 5,40% para 5,34%, 5,46% e 5,39%, na mesma ordem.

O cenário de referência leva em conta as hipóteses de manutenção da taxa de câmbio em R\$2,10/US\$ e da taxa Selic em 7,25% ao ano (a.a.) em todo o horizonte relevante. Nesse cenário, a projeção para a inflação de 2012 elevou-se em relação ao valor considerado na reunião do Copom de outubro e se posiciona acima do valor

central de 4,5% para a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). No cenário de mercado, que leva em conta as trajetórias de câmbio e de juros coletada com analistas de mercado a projeção de inflação para 2012 aumentou e se encontra acima do valor central da meta para a inflação.

Para 2013, a projeção de inflação manteve-se estável em ambos os cenários – nos dois casos, acima do valor central da meta. Para 2014, a projeção encontra-se em torno do valor central da meta em ambos os cenários.

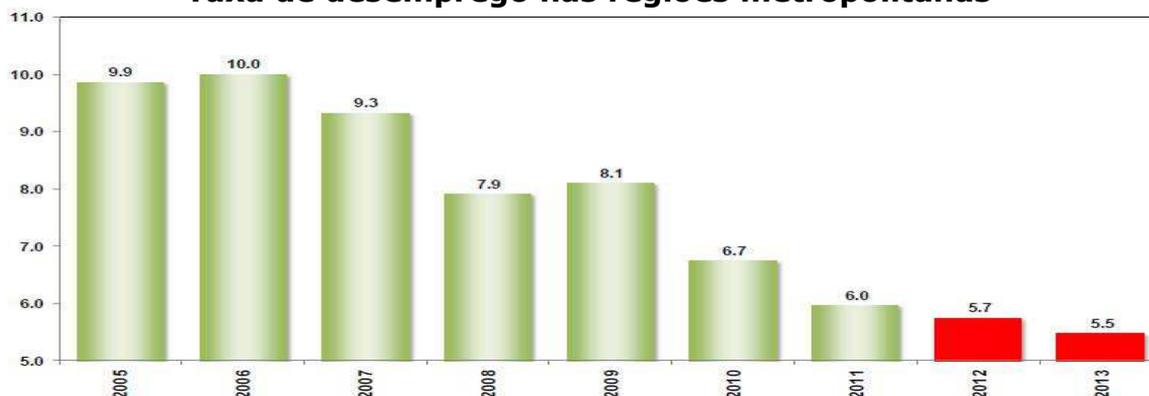
Mercado de trabalho

Segundo dados divulgados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do MTE, foram criados 67 mil empregos formais em outubro, sobressaindo a abertura de 49,6 mil vagas no comércio, 32,7 mil no setor de serviços e 17,5 mil na indústria de transformação; em oposição ao fechamento líquido de 20,2 mil postos na agropecuária e 8,3 mil na construção civil. No acumulado do ano, foram geradas 1,3 milhão de vagas e, em doze meses, 953,7 mil ante 1,9 milhão e 1,7 milhão, na ordem, em iguais períodos de 2011. Em relação ao nível de emprego formal, houve aumento mensal de 0,2% em relação a setembro, considerados dados dessazonalizados pelo Banco Central.



De acordo com a PME do IBGE, realizada nas seis principais regiões metropolitanas do país, a taxa de desemprego aberto atingiu 5,3% em outubro, com recuos de 0,1 p. p. em relação a setembro e de 0,5 p. p. comparativamente a outubro de 2011. O resultado mensal refletiu a elevação de 0,9% na ocupação e de 0,8% na PEA. Considerando dados dessazonalizados pelo Banco Central, o desemprego atingiu 5,4% em outubro, ante 5,5% no mês anterior. Segundo a mesma pesquisa, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores registrou crescimento de 0,3% em relação a setembro; de 4,6%, na comparação com outubro de 2011; e de 4,1%, no acumulado do ano. A massa salarial real apresentou expansão de 1,2%, 7,8% e 6,1%, respectivamente, para os mesmos tipos de comparação.

Taxa de desemprego nas regiões metropolitanas



Crédito e inadimplência

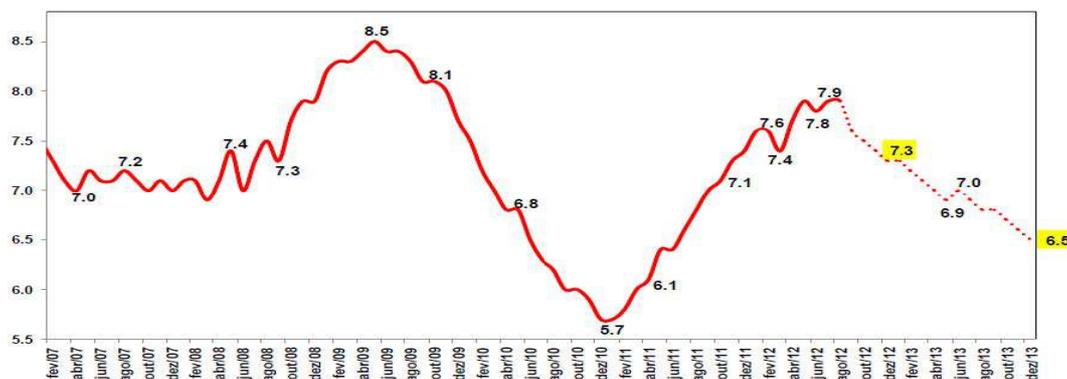
O saldo dos empréstimos do sistema financeiro, incluindo-se operações com recursos livres e direcionados, atingiu R\$2.269 bilhões em outubro, com expansões de 1,4% no mês, 11,8% no ano e 16,6% em doze meses, correspondendo a 51,9% do PIB. As operações com recursos livres, 63,4% do estoque total do sistema financeiro, cresceram 1,1% no mês, 10,3% no ano e 14,2% em doze meses, refletindo variações respectivas de 1%, 9,1% e 11,3% no saldo das operações com pessoas físicas e de 1,2%, 11,4% e 17,2%, na mesma ordem, no relativo a operações com pessoas jurídicas. Os financiamentos com recursos direcionados apresentaram elevações respectivas de 1,9%, 14,5% e 20,9% nas mesmas bases comparativas, com destaque para os aumentos de 2,7%, 30,8% e 37,8%, respectivamente, nos financiamentos habitacionais.

A taxa média anual de juros das modalidades que compõem o crédito referencial atingiu 29,3% em outubro, com reduções de 0,6 p.p. no mês e de 10,2 p.p. em doze meses. As taxas relativas aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas alcançaram, na ordem, 35,4% e 22,1%, assinalando reduções respectivas de 0,4 p.p. e 0,5 p.p. em relação a setembro, e de 11,7 p.p. e 7,7 p.p. na comparação com outubro de 2011.

O prazo médio das operações no âmbito do crédito referencial aumentou 13 dias em outubro, atingindo 522 dias. Os prazos relativos aos segmentos de pessoas físicas e jurídicas aumentaram 4 e 21 dias, respectivamente, alcançando 620 e 432 dias, na ordem.

A taxa de inadimplência do crédito referencial, correspondente a atrasos superiores a noventa dias, permaneceu estável em 5,9% em outubro, pelo quarto mês consecutivo, representando elevação de 0,4 p.p. em relação a outubro do ano anterior. O indicador referente às operações com pessoas físicas atingiu 7,9%, mesmo nível de setembro, aumentando 0,8 p.p. em doze meses. O indicador relativo a pessoas jurídicas alcançou 4,1%, registrando aumento de 0,1 p.p. no mês e em doze meses.

Inadimplência – Pessoa Física



Observa-se, no gráfico acima, uma expectativa de redução gradual na inadimplência da pessoa física, que, se ocorrer, gerará reflexos positivos em alguns produtos financeiros.

Conclusões:

O Brasil não passou ileso à crise. Dilema do ano: SELIC baixa para permitir um PIB de mais de 3% e alta para conter a inflação em menos de 6%. Interferências do Governo na taxa de câmbio e no Depósito Compulsório foram ferramentas complementares. Pouca evolução no que tange aos principais entraves para a competitividade: Infra-estrutura, educação, política trabalhista, política fiscal, carga tributária, corrupção. Alta valorização do dólar. A atividade econômica em contração não afetou o nível de emprego em razão do otimismo do empresariado brasileiro.

A inadimplência da pessoa física e jurídica atingiu os patamares mais altos do passado recente. O gasto público continua crescendo, o que inspira cuidados, visto que arte do crescimento é positivo, pois movimentava a economia, e parte do crescimento é negativo, pois aumenta dívida. Governo forçando uma participação mais forte na economia.

Cenário para 2013:

Expectativa de crescimento do PIB: aceleração do crescimento do PIB em 2013 em comparação com anos anteriores; volta à média de 4% ao ano (últimos 10 anos), já que em 2012 este patamar não será alcançado. Lenta, mas gradual, retomada da Produção Industrial. Consumo pesado em ritmo de recuperação e consumo das famílias mantendo-se em aceleração, fortemente influenciado pela mobilidade social. Agricultura e Serviços tendem a manter o nível de anos anteriores.

Geração de Emprego Formal e Taxa de Desemprego apresentam melhoras em relação a 2012, porém abaixo de anos anteriores. Salário deve continuar apresentando ganho real aos trabalhadores, aumentando o poder de compra e incentivando o consumo. Esse quadro poderá gerar pressão salarial e "apagão" de mão de obra.

Inflação no centro da meta e Selic em alta, muito mais relacionada com o custo da dívida pública do que com a inflação.

Ainda existem recursos financeiros disponíveis para concessão de crédito e a relação crédito/PIB ainda é baixa. Nestes créditos concedidos verificam-se partes significativas das garantias em ativos com alta liquidez e, com isto, sem ameaça de "bolha especulativa" de valor. Recursos sempre existiram o que faltava era disposição e interesse. A inadimplência da PF e da PJ apresenta tendência de queda o que gera

boa expectativa para 2013, influenciando positivamente produtos financeiros relacionados a crédito. Vale lembrar que a inadimplência é fenômeno do momento motivado por uma decisão do passado, ou seja, a inadimplência de hoje é a compra do passado. Em relação ao câmbio a perspectiva geral do mercado é para a estabilização da moeda americana na faixa de R\$ 2,00. Balança comercial, inflação, investimento externo e Reservas contribuem para esse cenário.

6.2.1 Projeções para o Cenário de Curto Prazo

Projeções de Indicadores Macroeconômicos – 2013		
Indicador		2013
PIB		
Geral		3,70
Agropecuária (%)		4,10
Indústria (%)		3,91
Serviços (%)		3,81
Setor Externo		
Exportações (US\$ bilhão)		260,94
Saldo Comercial (US\$ bilhão)		15,52
Saldo em Transações Correntes (US\$ bilhão)		-65,00
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhão)		59,50
Inflação		
IGP-M		5,26
IPCA		5,40
INPC		5,33
Câmbio		
Médio (R\$)		2,06
Final de Período (R\$)		2,06
Juros		
Média (% a.a.)		7,25
Fim de Período (% a.a.)		7,25

Fonte: Relatório de Mercado do Banco Central (30.11.2012).

6.2.2 – Projeções para os Cenários de Médio e Longo Prazo

Projeções de Indicadores Macroeconômicos – 2014 a 2016				
Indicador	2014	2015	2016	
PIB				
Geral	4,5	3,5	3,7	
Agropecuária (%)	4,23	4,15	4,15	
Indústria (%)	3,40	3,43	3,42	
Serviços (%)	4,00	3,95	3,86	
Setor Externo				
Exportações (US\$ bilhão)	281,3	302,8	332,2	
Saldo Comercial (US\$ bilhão)	18,1	19,5	26	
Saldo em Transações Correntes (US\$ bilhão)	-71,9	-76	-76,1	
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhão)	66,2	69,5	72,9	
Inflação				
IGP-M	4,5	4,50	4,50	
IPCA	5,0	4,7	4,50	
INPC	4,95	4,81	4,90	
Câmbio				
Médio (R\$)	2,06	2,13	2,19	
Final de Período (R\$)	2,10	2,16	2,21	
Juros				
Média (% a.a.)	8,65	8,95	8,72	

Fim de Período (% a.a.)	8,25	7,25	6,75
-------------------------	------	------	------

Fonte: Relatório de Mercado do Banco Central (30.11.2012).

7 - Orientações na Gestão dos Investimentos

7.1 Objetivos da Gestão

O **PREV-ESTEIO** tem como objetivo de rentabilidade dos seus investimentos, no mínimo, o equivalente à variação do INPC + 6% ao ano, que corresponde à meta atuarial para o plano constituído. Este retorno deve ajustar-se aos riscos inerentes dos investimentos realizados e as taxas e custos administrativos deverão ser compatíveis com a prática do mercado.

7.2 Segmentos de Aplicação

Os segmentos de aplicação definidos na legislação que serão utilizados pelo **PREV-ESTEIO** em seus investimentos são:

- Segmento de Renda Fixa;
- Segmento de Renda Variável.

7.3 Estratégia de Alocação

A definição estratégica das faixas de alocação baseou-se em análise qualitativa, que considerou o grau de maturidade, o montante dos recursos garantidores das reservas técnicas e o modelo de gestão dos recursos do **PREV-ESTEIO**.

É importante considerar que num cenário de manutenção da taxa de juros básicos (SELIC), conforme é exposto na presente, a administração do PREV-ESTEIO deverá dar ênfase aos investimentos referenciados em índices inflacionários, especialmente no IMA-B 5, em fundos multimercado, fundos referenciados em índices de renda variável e fundos referenciados em IDKA2, a fim de que a sua meta atuarial para 2013 possa ser atingida e cuja projeção é de 11,65%, correspondente à taxa de juros de 6%a.a. e INPC de 5,33%, conforme Relatório BACEN/FOCUS do dia 30.11.2012.

Assim, apesar dos recentes ganhos excepcionais, dentre as alternativas de investimentos no segmento de renda fixa, a alocação de recursos em fundos referenciados em índices inflacionários deverá merecer muito cuidado por parte da administração do PREV-ESTEIO, tendo em vista que, em um cenário com o INPC e a taxa de juros SELIC estáveis, estes fundos tendem a ter seus rendimentos decrescidos e sua volatilidade mais elevada. **No momento, os fundos referenciados em índices inflacionários mais seguros de se investir no longo prazo são os da categoria IMA-B 5 (com títulos de prazo inferior a 5 anos).**

Deverá ser dado um acompanhamento especial a eventuais **mudanças de cenários em relação à taxa de juros básicos (SELIC), adotando na ocasião as decisões próprias para realocações de seus recursos.**

Além disso, deve considerar os diversos tipos de riscos que atingem os investimentos, **pela inevitável elevação da exposição**, especialmente quanto a:

Risco de Crédito: probabilidade do emissor do título não honrar seu compromisso ou honrá-lo em prazo superior ao pactuado, de acordo com o previsto no item 8.3.7 desta Política;

Risco de Mercado: probabilidade de oscilação da taxa de juros no mercado secundário, ao longo da duração do título, configurando-se tal risco em prejuízo para o investidor, devido à marcação a mercado (item 8.5 desta Política);

Risco de Liquidez: probabilidade de compradores não encontrarem vendedores, ou vice-versa, de um título na quantidade e no preço desejados. Aplicam-se, no caso, especialmente os investimentos em papéis de emissão de longo prazo pelo setor privado.

7.3.1 Faixas de Alocação de Recursos

- **Segmento de Renda Fixa**

De 80% a 100% do patrimônio total da Entidade.

- **Segmento de Renda Variável**

De 0% a 20% do patrimônio total da Entidade.

- **Segmento de Imóveis**

Não serão realizados investimentos neste segmento em 2013.

A alocação dos recursos entre os diferentes segmentos de aplicações financeiras é apresentada na tabela abaixo, juntamente com as estimativas de retorno esperado e volatilidade (risco) de cada segmento no ano de 2013.

Segmento	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. 3922	Retorno Esperado (% aa.)	Volatilidade (% aa.)
Renda Fixa	80%	100%	100%	8,29	4,23
Renda Variável	0%	20%	30%	2,84	6,81
Total				11,13	4,75
Meta Atuarial				11,65	1,17
Déficit Esperado				(0,52)	-

As estimativas de retorno esperado¹ e risco da carteira total foram obtidos a partir de modelo estatístico que leva em consideração as covariâncias entre os fatores de risco analisados e **uma determinada diversificação de carteira (item 7.4 – Carteira Teórica)**. O déficit esperado² deverá ser absorvido pelo superávit de rentabilidade verificado em 2012 e considerando que a verificação do cumprimento da meta atuarial, por parte do órgão fiscalizador, ocorrerá a cada período mínimo de três anos. A estimativa para o INPC, de 5,33%, para 2013 foi extraída do Relatório de Mercado do BACEN do dia 30.11.2012.

7.4 Alocação Tática

A alocação tática, entendida como a execução de movimentações de recursos entre carteiras de renda fixa e de renda variável, tem como finalidade agregar valor à carteira consolidada como função de uma boa capacidade de antecipação aos movimentos do mercado como um todo.

Esta atividade é desenvolvida pela administração do **PREV-ESTEIO**, mediante acompanhamento dos fundos de investimentos onde os recursos estão alocados e à análise das alternativas de investimentos propiciadas pelo mercado, tanto daqueles geridos por instituições financeiras públicas, quanto privadas.

Carteira Teórica utilizada para cálculo do retorno esperado: para que seja atingido o retorno esperado da tabela do item 7.3.1 utilizou-se uma carteira teórica de investimentos com a seguinte composição:

Segmento/Produto	Rentabilidade Esperada	Contribuição Marginal
Renda fixa – Referenciado ou 100% TPN: 75%	10,24%	7,680%
Renda Fixa – Crédito Privado: 5%	12,29%	0,614%
Renda Fixa – Fundo Imobiliário: 5%	13,42%	0,671%
Renda Variável – Fundo Multimercado: 5%	13,31%	0,666%
Renda Variável – Fundo Ações Referenciado: 10%	15,00%	1,500%
Rentabilidade Acumulada Esperada		11,131%
Meta Atuarial		11,650%
Diferença		-0,519%

7.5 Estrutura e Limites de Alocações

¹ Os retornos esperados foram calculados considerando a expectativa de retorno (taxa a termo) para o CDI (utilizado como taxa livre de risco) de 7,14% para 2013, tendo por base as projeções do Banco Central do Brasil de 31.10.2012. A estimativa de rentabilidade do segmento de renda fixa considera a obtenção de performance equivalente a 143% do CDI. A estimativa de rentabilidade da carteira de renda variável foi obtida através da expectativa que a Bolsa Brasileira alcance 65.000 pontos ao final do ano, o que equivale a 15% ao ano de rentabilidade. A expectativa de retorno total dos investimentos de 11,13% considera o ponto alto das faixas de alocação (80% para o segmento de Renda Fixa e 20% para o segmento de Renda Variável).

² O déficit esperado resulta da inevitável queda de rentabilidade a ser auferida no ano de 2013 no segmento de renda fixa, motivada pela expectativa de manutenção da taxa básica de juros do mercado (SELIC).

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS / Diversificação	Limites da Res. CMN 3.922/2010 (%)	Estratégia de Alocação (%)
a. Segmento de Renda Fixa – Art.7º.	100	100
a.1 - Títulos Tesouro Nacional (art. 7º, I, "a")	100	10
a.2 - FI 100% TN (art. 7º, I, "b")	100	100
a.3 - Operações Compromissadas (art. 7º, II)	15	5
a.4 - FI Renda Fixa/Referenciados RF (art. 7º, III)	80	80
a.5 - FI de Renda Fixa (art. 7º, IV)	30	20
a.6 - Poupança (art. 7º, V)	20	0
a.7 - FI em Direitos Creditórios - aberto (art. 7º, VI)	15	10
a.8 - FI em Direitos Creditórios - fechado (art. 7º, VII "a")	5	0
a.9 - FI Renda Fixa "Crédito Privado" (art. 7º, VII, "b")	5	5
b. Segmento de Renda Variável – 8º.	30	20
b.1 - FI Ações Referenciados (art. 8º, I)	30	10
b.2 - FI de Índices Referenciados em Ações (art. 8º, II)	20	5
b.3 - FI em Ações (art. 8º, III)	15	5
b.4 - FI Multimercado - aberto (art. 8º, IV)	5	5
b.5 - FI em Participações - fechado (art. 8º, V)	5	0
b.6 - FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa (art. 8º, VI)	5	5

Notas:

1) O **PREV-ESTEIO** poderá alocar até 100% de seus recursos em fundos de investimentos cujas carteiras sejam representadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional, desde que a Política de Investimento constante em seu Regulamento contemple o compromisso de busca do retorno de um dos subíndices do Índice Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDKA), com exceção de qualquer índice atrelado à taxa de juros de um dia (art. 7º, inciso I, letra "b").

2) Por sua vez, o limite para aplicação em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimentos de renda fixa / referenciado ou referenciado em ações, não pode exceder a 20% das aplicações do **PREV-ESTEIO** (art. 13 da Resolução CMN nº. 3.922/2010).

3) O total das aplicações dos recursos do **PREV-ESTEIO** em um mesmo fundo de investimento está limitado em 25% do patrimônio líquido dos fundos de investimentos (art. 14 da Resolução CMN nº. 3.922/2010);

4) A alocação dos investimentos nos sub-segmentos acima mencionados está limitada a 100% dos recursos do **PREV-ESTEIO**.

8 – Estratégias para a Gestão dos Investimentos

8.1 Modelo de Gestão

O modelo de gestão adotado pelo **PREV-ESTEIO** é considerado próprio, nos termos do art. 15 da Resolução CMN nº. 3.922/2010, na medida em que os recursos são aplicados em cotas de fundos de investimentos abertos administrados por gestores vinculados às instituições financeiras previamente selecionadas pela administração do **PREV-ESTEIO**, conforme o previsto na Lei Municipal nº. 5.381, de 04.11.2011, do município de ESTEIO / RS.

Além disso, o **PREV-ESTEIO** também poderá realizar a compra direta de títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, limitado a 10% dos recursos, conforme tabela do item 7.5.

8.2 Estratégias de Formação de Preços – Investimentos e Desinvestimentos

O **PREV-ESTEIO** efetuará seus investimentos financeiros através de fundos de investimentos abertos, não exclusivos. Portanto, os investimentos dentro da carteira de cada fundo são definidos pelo seu gestor, com base nas metodologias utilizadas internamente pela instituição administradora de recursos, as quais deverão observar os princípios estabelecidos pela Resolução nº. 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional.

O **PREV-ESTEIO** poderá, ainda, efetuar a compra direta de Títulos de emissão do Tesouro Nacional, os quais deverão ficar em custódia regular.

Conforme já destacado anteriormente, a administração do PREV-ESTEIO deverá dar ênfase aos investimentos referenciados em índices inflacionários, especialmente no IMA-B, a fim de que a sua meta atuarial para 2013 possa ser atingida e cuja projeção é de 11,65%, correspondente à taxa de juros de 6%a.a. e INPC de 5,33%, conforme Relatório BACEN/FOCUS do dia 30.11.2012.

A seleção dos gestores de fundos de investimentos será realizada com base em critérios quantitativos e qualitativos apresentados a seguir:

8.2.1 Critérios Qualitativos

- Solidez e imagem da instituição;
- Experiência na gestão de recursos em instituições de previdência pública ou privada;
- Qualidade da equipe;
- Qualidade do atendimento da área de relacionamento;
- Transparência.

8.2.2 Critérios Quantitativos

- Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo **PREV-ESTEIO**, em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de um ano;
- Taxa de administração compatível com o mercado

Assim, a seleção e a aplicação em fundo de investimento deve se basear no seu desempenho, medido em bases de retorno ajustado ao risco, na adequação de seu regulamento à Resolução CMN nº. 3.922/2010, à Política de Investimentos do **PREV-ESTEIO**, na análise da composição de sua carteira e na taxa de administração cobrada.

Por outro lado, o **PREV-ESTEIO** efetuará o desinvestimento em fundos que tenham apresentado um desempenho inferior ao mercado, que seu regulamento tenha sido alterado de forma a ficar em desacordo com estabelecido na Resolução CMN nº. 3.922./2010 e a presente Política de Investimentos, bem como de qualquer fundo cuja carteira, embora em conformidade, passe a manter ativos considerados inadequados pela sua administração.

O **PREV-ESTEIO** não poderá ser titular de mais do que 25% das cotas e, por conseguinte, do **patrimônio de qualquer fundo de investimento**, salvo em caso de lançamento de fundo.

8.2.3 Avaliação de Desempenho

Os investimentos com títulos e valores mobiliários e demais ativos realizados pelo **PREV-ESTEIO** no segmento de renda fixa deverão ser avaliados, no mínimo, ao término de cada trimestre e anual, elaborando-se relatórios detalhados versando sobre a sua rentabilidade e riscos inerentes, submetendo-os às instâncias superiores de deliberação e controle. Preferencialmente, estes relatórios deverão ter periodicidade bimensal, acompanhando o mesmo período do DAIR – Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos, encaminhado ao MPS.

8.2.4 Enquadramento à Resolução CMN nº. 3.922/2010

A administração do **PREV-ESTEIO** deverá exigir regularmente que os gestores dos fundos de investimentos atestem que os mesmos estão enquadrados na referida Resolução.

8.3 Segmento de Renda Fixa:

8.3.1 “Benchmark”

O **PREV-ESTEIO** adota o CDI – Certificado de Depósito Interbancário como o “benchmark” financeiro mínimo para os seus investimentos em renda fixa.

8.3.2 Monitoramento do Risco de Mercado

Os gestores dos fundos de investimento em que o PREV-ESTEIO mantiver aplicações de recursos deverão proceder ao monitoramento do nível de exposição a risco de mercado do fundo sob a sua gestão, adotando a métrica de risco mais utilizada pelos agentes do mercado financeiro nas carteiras de renda fixa, o "Value at Risk" (VaR).

A administração do PREV-ESTEIO deverá exigir relatório dos gestores dos fundos de investimentos onde mantiver recursos alocados, o qual deverá contemplar informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações.

8.3.3 Limites de Alocação

A alocação nos sub-segmentos deve seguir as restrições da legislação vigente, especialmente quanto ao previsto na Resolução CMN nº. 3.922/2010.

8.3.4 Ativos Autorizados

No segmento de renda fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, especialmente quanto ao previsto no art. 7º da Resolução CMN nº. 3.922/2010.

8.3.5 Limites por Emissores

O **PREV-ESTEIO** segue os limites definidos pela Resolução CMN nº. 3.922/2010, especialmente quanto ao previsto em seu artigo 7º, § 3º, inciso II, ou seja, 20% de seus recursos na aplicação em títulos ou valores mobiliários de emissão de uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada ou coligada ou quaisquer sociedades sob controle comum.

8.3.6 Operações com Derivativos

As operações com derivativos realizadas pelos fundos de investimentos em renda fixa nas suas carteiras deverão ser efetuadas conforme o permitido na legislação pertinente, respeitado o limite previsto no art. 23, inciso I, da Resolução nº. 3.922/2010, o qual não pode superar a uma vez o seu patrimônio líquido.

8.3.7 Controle de Risco de Crédito

Os fundos de investimento em que o **PREV-ESTEIO** mantiver aplicações deverão ter ativos em suas carteiras que obedeçam aos normativos legais aplicáveis aos investimentos de Entidades de Regime Próprio de Previdência Social com relação ao risco de crédito.

Os títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras devem ser considerados como de baixo risco de crédito, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, de conformidade com o previsto art. 7º, § 3º, inciso I da Resolução CMN nº. 3.922/2010.

8.4 Segmento de Renda Variável

8.4.1 "Benchmark"

O **PREV-ESTEIO** adota como “benchmark” para seus investimentos no segmento de renda variável o índice IBOVESPA.

8.4.2 Monitoramento do Risco de Mercado

Os gestores dos fundos de investimento em que o **PREV-ESTEIO** mantiver aplicações deverão proceder ao monitoramento do nível de exposição a risco de mercado do fundo sob a sua gestão, adotando a métrica de risco utilizada pelos agentes do mercado financeiro nas carteiras de renda variável, o “Traking Error” (volatilidade da diferença entre o retorno de um ativo e seu “benchmark”).

A administração do **PREV-ESTEIO** deverá exigir relatório dos gestores dos fundos de investimentos em renda variável onde mantiver recursos alocados, o qual deverá contemplar informações sobre a rentabilidade e o risco das aplicações.

8.4.3 Limites de Alocação

A alocação nos sub-segmentos deve seguir as restrições da legislação vigente, especialmente quanto ao previsto no art. 8º. da Resolução CMN nº. 3.922/2010.

8.4.4 Ativos Autorizados

No segmento de renda variável, estão autorizados investimentos nos instrumentos autorizados pela legislação pertinente.

8.4.5 Operações com Derivativos

As operações com derivativos realizadas pelos fundos de investimentos em renda variável nas suas carteiras deverão ser efetuadas conforme o permitido na legislação, respeitado o limite previsto no art. 23, inciso I, da Resolução nº. 3.922/2010, o qual não pode superar a uma vez o seu patrimônio líquido.

8.5 Marcação a Mercado

O **PREV-ESTEIO** adota em sua política de investimentos a compra de cotas de fundos abertos, não exclusivos. Em decorrência, os critérios de precificação dos ativos são aqueles adotados pelos próprios gestores dos fundos em seus manuais de precificação, ou seja, a marcação a mercado.

A Marcação a Mercado consiste em registrar todos os ativos pelos preços transacionados no mercado em casos de ativos líquidos ou, quando este preço não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação no mercado.

Tem como um de seus objetivos explicitar com maior transparência os riscos embutidos nas posições, uma vez que as variações de mercado dos preços dos ativos estarão refletidas nas rentabilidades, melhorando a comparabilidade entre as performances, bem como evitando que haja transferência de riqueza entre os diferentes cotistas de um mesmo fundo de investimentos por ocasião da aquisição e do resgate de cotas.

8.6 Da Vedação de Operações de Investimentos

Em observância à legislação vigente e a presente Política de Investimentos, **é vedado ao PREV-ESTEIO** a realização dos seguintes investimentos:

a) aplicar os recursos em cotas de fundos de investimentos cuja atuação em mercados derivativos gere exposição superior a uma vez o seu patrimônio líquido;

b) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos em que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aceite ou coobrigação sob qualquer forma;

c) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;

d) praticar operações denominadas "day-trade", assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de possuir estoques ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizados diretamente;

e) atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN 3.922/2010 ou outro normativo que vier a substituí-la;

e) aplicar recursos em fundos de investimentos sem que haja a prévia análise de seu regulamento, composição da carteira, risco e rentabilidade apurada, no mínimo, nos últimos doze (12) meses, exceto em caso de Fundos em lançamento;

f) conceder empréstimos de qualquer natureza, tendo em vista que a legislação do Conselho Monetário Nacional, Resolução nº. 3.922/2010, não contempla este segmento de investimento e em atendimento a lei municipal 5.381;

g) aplicar recursos na compra de títulos de emissão de Estados ou Municípios na forma direta ou através de fundos de investimentos, em atendimento ao disposto no art. 20, § 5º da lei municipal 5.381. No caso de algum Fundo de Investimento onde o **PREV-ESTEIO** mantenha recurso alocado realizar investimento na compra desses títulos, deverá ser providenciada a realocação dos recursos para outro Fundo.

9 - Outras Diretrizes

9.1 Critérios para Escolha de Corretoras

Como a gestão de recursos é realizada via compra de cotas de fundos de investimentos, o processo de escolha de corretoras fica a critério dos próprios gestores.

No caso de compra direta de títulos públicos federais, a Corretora deverá ser selecionada de conformidade com a legislação vigente.

9.2 Critérios para Contratação de Agente de Custódia

O **PREV-ESTEIO** deverá proceder a contratação de pessoa jurídica registrada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários, para realizar os serviços de custódia de títulos

e valores mobiliários **quando da compra direta de títulos públicos federais**, em observância ao previsto no art. 17 da Resolução nº. 3.922/2010.

9.3 Critérios para Contratação de Consultorias

O **PREV-ESTEIO** poderá contratar consultoria especializada, nos termos da Resolução CMN nº. 3.922/2010, para avaliar de forma sistemática a performance, exposição a risco e adequação à Política de Investimento dos Fundos que formam a Carteira de Ativos da Entidade, bem como avaliar novos Fundos para aplicação no mercado.

9.4 – Revisão da Política de Investimento

Esta Política de Investimentos para o exercício de 2013 poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a mudanças na legislação, desde que devidamente justificada e aprovada pelo Conselho Municipal de Administração.

9.5 – Publicidade da Política de Investimento

A administração do **PREV-ESTEIO** deverá disponibilizar aos seus segurados e pensionistas informações contidas nesta Política de Investimentos no prazo de trinta (30) dias, a contar da data de sua aprovação pelo Conselho Municipal de Administração.

9.6 – Segregação dos Recursos do PREV-ESTEIO

Deverá ser observado o disposto no art. 20 da Resolução CMN nº. 3.922/2010 e o art. 20, § 4º da lei municipal 5.381, os quais estabelecem que os recursos do PREV-ESTEIO devam ser depositados e aplicados em conta própria, de forma segregada aos recursos do ente federativo, o que inclui a adoção de CNPJ específico, já observado pelo RPPS.

10 - Certificação de Gestor

Em atendimento ao disposto no art. 2º da Portaria nº. MPS nº. 519, de 24.08.2011, foi certificada como responsável pelos investimentos dos recursos do **PREV-ESTEIO** a servidora JOSIANE WITT DA SILVA, inscrita no CPF/MF sob nº. 000.314.910-22, a qual foi aprovada em exame de certificação organizado pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais.

A validade do certificado é de três (3) anos, findando em 04.07.2015.